

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR À SÉTIMA EDIÇÃO	7
NOTA DO AUTOR À SEXTA EDIÇÃO	9
NOTA DO AUTOR À QUINTA EDIÇÃO.....	11
NOTA DO AUTOR À QUARTA EDIÇÃO	15
NOTA DO AUTOR À TERCEIRA EDIÇÃO.....	17
NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO	19
UMA JUSTIFICAÇÃO E UMA HOMENAGEM.....	21

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS	39
1.1. Conceito de recurso	39
2. CLASSIFICAÇÕES DOS RECURSOS	43
2.1. Recursos de devolução plena e parcial.....	43
2.2. Recursos de fundamentação livre e vinculada.....	44
2.3. Recursos ordinários e extraordinários.....	44
3. FUNDAMENTO DOS RECURSOS: O DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	47
3.1. Fundamento psicológico dos recursos.....	47
3.2. Fundamento político dos recursos.....	47
3.3. O fundamento jurídico dos recursos	48
3.4. Conteúdo do duplo grau de jurisdição	52
3.5. O direito de recorrer nas declarações internacionais de Direitos Humanos.....	53
3.6. Direito ao recurso: conteúdo segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos	57
3.7. A eficácia da regra do art. 8.2.h da CADH e do art. 14.5 do PIDCP.....	61
3.8. O recurso e a reconstrução histórica do fato.....	66

3.9.	Duplo grau em matéria de fato e renovação da instrução em segundo grau.....	71
3.9.1.	A solução espanhola.....	73
3.9.2.	A solução italiana	76
3.10.	Duplo grau de jurisdição e a competência originária dos tribunais.....	78
3.11.	Proposta para uma leitura do duplo grau de jurisdição: direito ao recurso do acusado, para um controle epistêmico da presunção de inocência	81
4.	A VOLUNTARIEDADE DOS RECURSOS.....	91
4.1.	O denominado recurso <i>ex officio</i>	92
4.1.1.	Recurso de ofício da sentença que absolve sumariamente o acusado no procedimento do Júri	95
4.1.2.	Recurso de ofício da sentença que concede <i>habeas corpus</i>	96
4.1.3.	Recurso de ofício da decisão de reabilitação	96
4.1.4.	Recurso de ofício da Lei de Economia Popular	96
5.	PRINCÍPIOS RELATIVOS AOS RECURSOS.....	101
5.1.	Taxatividade	101
5.1.1.	Cabimento de recurso contra decisão juridicamente inexistente.....	101
5.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	105
5.3.	Fungibilidade recursal	107
5.4.	Variabilidade	113
5.5.	Dialeticidade	115
5.6.	Disponibilidade	117
5.7.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	118
5.8.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	120
5.8.1.	A proibição de <i>reformatio in pejus</i> indireta	123
5.8.1.1.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no Tribunal do Júri.....	125
5.8.1.2.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i> indireta no caso de nulidade por juiz constitucionalmente incompetente.....	129
6.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO.....	131
6.1.	Juízo de admissibilidade	131

6.1.1.	Competência para o juízo de admissibilidade recursal	131
6.1.2.	Objeto do juízo de admissibilidade recursal	133
6.1.3.	Resultado do juízo de admissibilidade recursal.....	135
6.2.	Juízo de mérito recursal.....	137
6.2.1.	Competência para o juízo de mérito recursal	137
6.2.2.	Objeto do juízo de mérito recursal.....	138
6.2.3.	Resultado do juízo de mérito recursal	138
7.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL	141
7.1.	Cabimento.....	141
7.2.	Legitimidade	141
7.2.1.	Legitimados gerais: as partes.....	143
7.2.2.	Legitimados especiais.....	146
7.3.	Interesse.....	150
7.3.1.	Interesse recursal do Ministério Público	152
7.3.2.	Interesse recursal do acusado.....	154
7.3.2.1.	Interesse do acusado em recorrer no caso de extinção da punibilidade	155
7.3.3.	Interesse do ofendido	159
7.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	160
7.4.1.	Fatos impeditivos.....	160
7.4.2.	Fatos extintivos	166
7.4.2.1.	Desistência.....	166
7.4.2.2.	Deserção	169
7.5.	Tempestividade.....	176
7.5.1.	Prazo e termo inicial do prazo: distinções.....	176
7.5.2.	Intimações eletrônicas e o termo inicial dos prazos.....	178
7.5.3.	Intimação do Ministério Público.....	181
7.5.4.	Intimação do acusado e do defensor	183
7.5.5.	Intimação do ofendido e do assistente de acusação	185
7.5.6.	Termo <i>a quo</i> do prazo recursal	186
7.6.	Regularidade formal.....	192

8. EFEITOS DOS RECURSOS.....	197
8.1. Efeito devolutivo.....	198
8.1.1. Extensão da matéria devolvida	201
8.2. Efeito suspensivo	205
8.3. Efeito regressivo.....	210
8.4. Efeito extensivo.....	211
8.4.1. A natureza do art. 580 do CPP.....	212
8.4.2. Da necessidade do <i>simultaneus processus</i>	214
8.4.3. Da aplicação analógica do art. 580 em processos distintos	216
9. DO PROCESSO E JULGAMENTO DOS RECURSOS NOS TRIBUNAIS	221
9.1. Da apelação ordinária	222
9.2. Da apelação sumária e do recurso em sentido estrito.....	229
9.3. Da atuação da Procuradoria de Justiça nos tribunais	230
9.4. A conversão do julgamento em diligência	232
9.5. A decisão colegiada: votação e discussão do acórdão	233
9.6. A decisão colegiada: deliberação	239
9.7. A apuração do resultado: empate na votação.....	241
9.8. A apuração do resultado: dispersão de votos.....	244
9.9. Os regimentos internos dos tribunais.....	248
9.10. Os plenários virtuais e as sustentações orais assíncronas.....	254
10. O PROBLEMA DO DIREITO INTERTEMPORAL	259
10.1. Normas processuais penais e o direito intertemporal.....	262
10.2. Natureza das normas sobre Recursos e o direito intertemporal.....	263

PARTE II RECURSOS EM ESPÉCIE

11. APELAÇÃO.....	275
11.1. Noções gerais	275
11.2. Requisitos de admissibilidade.....	276
11.2.1. Cabimento.....	276
11.2.1.1. Das sentenças definitivas de condenação ou absolvição	276

11.2.1.2.	Das decisões definitivas ou com força de definitivas	277
11.2.1.2.1.	O conceito de decisões com força de definitiva e as medidas cautelares reais...	280
11.2.1.3.	Das sentenças do Tribunal do Júri.....	281
11.2.1.3.1.	Nulidade posterior à pronúncia.....	282
11.2.1.3.2.	Sentença do juiz presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	283
11.2.1.3.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança.....	283
11.2.1.3.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	284
11.2.2.	Legitimidade	291
11.2.3.	Interesse	291
11.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	293
11.2.4.1.	Renúncia ou desistência.....	293
11.2.4.2.	Recolher-se à prisão para apelar	293
11.2.5.	Deserção	294
11.2.6.	Tempestividade.....	295
11.2.7.	Regularidade formal.....	298
11.2.7.1.	As razões recursais.....	299
11.3.	Procedimento.....	301
11.3.1.	Formação do traslado	302
11.4.	Efeitos da apelação	304
11.4.1.	Efeito devolutivo.....	304
11.4.2.	Efeito suspensivo	307
11.4.3.	Efeito regressivo.....	312
11.4.4.	Efeito extensivo.....	312
12.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	313
12.1.	Noções gerais	313
12.2.	Requisitos de admissibilidade.....	314
12.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581.....	314
12.2.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa.....	315
12.2.1.2.	Concluir pela incompetência	317

12.2.1.3.	Julgar procedentes as exceções, exceto de suspeição	317
12.2.1.4.	Pronunciar o acusado.....	318
12.2.1.5.	Decisões sobre prisão e liberdade provisória	318
12.2.1.6.	Declaração ou rejeição do pedido de extinção da punibilidade	321
12.2.1.7.	Sentença que concede ou nega <i>habeas corpus</i>	322
12.2.1.8.	Anula o processo no todo ou em parte	322
12.2.1.9.	Denegar a apelação ou julgá-la deserta.....	323
12.2.1.10.	Ordenar a suspensão do processo por questão prejudicial.....	324
12.2.1.11.	Decidir incidente de falsidade documental.....	325
12.2.1.12.	Recusa à homologação de acordo de não persecução	325
12.2.1.13.	Decisões sobre pena e medida de segurança.....	326
12.2.1.14.	Decisão que inclui ou exclui jurado da lista geral (inc. XIV).....	326
12.2.2.	Legitimidade	328
12.2.3.	Interesse	328
12.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	329
12.2.5.	Tempestividade.....	329
12.2.6.	Regularidade formal.....	331
12.3.	Procedimento.....	331
12.3.1.	Formação do instrumento.....	333
12.3.2.	Juízo de retratação e o recurso invertido	336
12.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito.....	340
13.	EMBARGOS INFRINGENTES	343
13.1.	Noções gerais	343
13.2.	Embargos infringentes e de nulidade do CPP	344
13.2.1.	Cabimento	344
13.2.2.	Legitimidade e interesse	348
13.2.3.	Tempestividade.....	348
13.2.4.	Regularidade formal.....	351

13.2.5. Procedimento.....	352
13.2.6. Efeitos dos embargos infringentes.....	353
13.3. Embargos infringentes perante o STF.....	355
13.3.1. Cabimento	357
13.3.2. Legitimidade e interesse	359
13.3.3. Tempestividade.....	359
13.3.4. Regularidade formal.....	359
13.3.5. Procedimento.....	359
13.3.6. Efeitos dos embargos infringentes.....	361
14. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	363
14.1. Noções gerais	363
14.2. Requisitos de admissibilidade.....	365
14.2.1. Cabimento	365
14.2.1.1. Ambiguidade e obscuridade	365
14.2.1.2. Contradição.....	366
14.2.1.3. Dúvida.....	368
14.2.1.4. Omissão	368
14.2.1.5. Erros materiais e erros evidentes	370
14.2.2. Legitimidade e interesse	374
14.2.3. Tempestividade.....	374
14.2.4. Regularidade formal.....	375
14.3. Procedimento.....	376
14.4. Efeitos dos embargos de declaração	379
14.5. Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	382
14.6. Embargos de declaração meramente protelatórios	386
14.7. Julgamento dos embargos de declaração.....	389
15. CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	393
15.1. Noções gerais	393
15.2. Requisitos de admissibilidade.....	394
15.2.1. Cabimento	394
15.2.2. Legitimidade e interesse	396
15.2.3. Tempestividade.....	396

15.3.	Procedimento.....	397
15.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	400
16.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	403
16.1.	Noções gerais	403
16.2.	Requisitos de admissibilidade.....	404
16.2.1.	Cabimento	404
16.2.1.1.	Cabimento em matéria criminal.....	407
16.2.2.	Legitimidade	409
16.2.3.	Tempestividade.....	410
16.3.	Procedimento.....	410
16.4.	Efeitos da correção parcial	413
17.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL	415
17.1.	Noções gerais	415
17.2.	Regime jurídico do recurso extraordinário e do recurso especial no processo penal.....	419
17.3.	Requisitos de admissibilidade dos recursos	423
17.3.1.	Cabimento	423
17.3.1.1.	O conceito de “questões de direito”	423
17.3.1.2.	O conceito de “decisão de única ou última instância”	425
17.3.1.3.	Órgão que proferiu a decisão	426
17.3.1.4.	O conceito de “causas decididas”	427
17.3.1.5.	O prequestionamento	427
17.4.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário	435
17.4.1.	Contrariar dispositivo da Constituição	436
17.4.2.	Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	440
17.4.3.	Julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face da Constituição	441
17.4.4.	Julgar válida lei local contestada em face de lei federal.....	442
17.4.5.	A repercussão geral da questão constitucional	443
17.4.5.1.	A repercussão geral: relevância econômica, política, social ou jurídica.....	445
17.4.5.2.	Repercussão geral em matéria penal.....	450

17.5.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	455
17.5.1.	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal.....	455
17.5.2.	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal	458
17.5.3.	Dissídio jurisprudencial	459
17.5.4.	A relevância da questão federal no recurso especial	462
17.6.	Legitimidade	465
17.7.	Interesse	465
17.8.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	466
17.8.1.	Deserção pela falta de preparo	466
17.8.2.	Desistência	468
17.9.	Regularidade formal.....	469
17.10.	Tempestividade.....	474
17.10.1.	Contagem do prazo em dias úteis ou dias corridos.....	475
17.10.2.	Contagem do prazo em dobro no caso de litisconsortes	476
17.11.	Procedimento.....	477
17.11.1.	Da fungibilidade entre recurso especial e extraordinário	479
17.12.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	480
17.13.	Repercussão geral e recurso representativo da controvérsia em matéria penal.....	493
17.14.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário	504
17.14.1.	Efeito devolutivo	504
17.14.2.	Efeito suspensivo	504
17.14.3.	Efeito regressivo e efeito extensivo	508
18.	AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	509
18.1.	Noções gerais	509
18.2.	O CPC e a unificação do regime do agravo em recurso especial e extraordinário	509
18.3.	Requisitos de admissibilidade.....	511
18.3.1.	Cabimento.....	511
18.3.1.1.	Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de repercussão geral	511
18.3.1.2.	Não cabimento do agravo: aplicação de entendimento de julgamento de recursos repetitivos	513

18.3.2.	Legitimidade e interesse	514
18.3.3.	Ausência de fato impeditivo.....	515
18.3.4.	Tempestividade.....	515
18.4.	Procedimento.....	515
18.5.	Efeitos do agravo	519
19.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	521
19.1.	Noções gerais	521
19.2.	A unificação do regime dos Embargos de Divergência no CPC	522
19.3.	Requisitos de admissibilidade.....	525
19.3.1.	Cabimento.....	525
19.3.1.1.	Características do acórdão embargado.....	527
19.3.1.2.	Características do acórdão paradigma.....	530
19.3.2.	Legitimidade e interesse	532
19.3.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência	533
19.3.4.	Ausência de fato impeditivo.....	536
19.3.5.	Tempestividade.....	538
19.4.	Procedimento.....	538
19.4.1.	Embargos de Divergência no STF	538
19.4.2.	Embargos de Divergência no STJ	539
19.5.	Efeitos dos Embargos de Divergência.....	540
19.5.1.	Efeito devolutivo.....	540
19.5.2.	Efeito suspensivo	541
19.5.3.	Efeito regressivo e efeito extensivo	542
20.	AGRAVO EM EXECUÇÃO	543
20.1.	Noções gerais	543
20.2.	Requisitos de admissibilidade.....	543
20.2.1.	Cabimento.....	543
20.2.2.	Tempestividade.....	545
20.2.3.	Legitimidade e interesse	545
20.3.	Procedimento.....	546
20.4.	Efeitos do agravo em execução	547

PARTE III
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO

21. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....	551
22. REVISÃO CRIMINAL.....	553
22.1. Noções gerais	553
22.2. Condições da ação.....	556
22.2.1. Interesse de agir: hipóteses de cabimento previstas em lei.....	556
22.2.1.1. Contrariar o texto expresso da lei penal	559
22.2.1.1.1. Revisão criminal e a mudança jurisprudencial	561
22.2.1.2. Contrariar a evidência dos autos	565
22.2.1.3. Depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos.....	568
22.2.1.4. Após a sentença, se descobrirem novas provas da inocência do condenado.....	570
22.2.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	575
22.2.3. Legitimidade	578
22.3. Pressupostos processuais.....	581
22.3.1. Competência	582
22.4. Procedimento.....	584
22.5. <i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	587
22.6. Resultados da revisão criminal.....	589
22.7. Efeitos da sentença absolutória.....	591
22.8. Coisa julgada e repositura da revisão criminal.....	594
22.9. Indenização pelo erro judiciário.....	594
23. HABEAS CORPUS.....	597
23.1. Natureza jurídica	597
23.2. Notícias históricas	597
23.3. Tutela jurisdicional.....	598
23.4. Condições da ação.....	602
23.4.1. Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	602
23.4.2. Interesse de agir: adequação e necessidade	604
23.4.3. Legitimidade	615

23.4.3.1.	Legitimados ativos	615
23.4.3.2.	Legitimado passivo.....	617
23.5.	Pressupostos processuais.....	618
23.6.	Competência.....	621
23.7.	Procedimento.....	623
23.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova.....	629
23.9.	A coisa julgada no <i>habeas corpus</i>	633
23.10.	<i>Habeas corpus</i> coletivo.....	635
23.10.1.	Antecedentes e sua criação jurisprudencial	635
23.10.2.	Ausência de disciplina legal do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	640
23.10.3.	Dos direitos passíveis de tutela pelo <i>habeas corpus</i> coletivo.....	642
23.10.4.	Dos legitimados para a propositura do <i>habeas corpus</i> coletivo...	647
23.10.5.	Da coisa julgada no <i>habeas corpus</i> coletivo	648
23.10.6.	Da litispendência no <i>habeas corpus</i> coletivo e as alternativas para os <i>habeas corpus</i> individuais pendentes.....	655
23.10.7.	A liminar no <i>habeas corpus</i> coletivo.....	658
23.10.8.	Críticas e dificuldade ao <i>habeas corpus</i> coletivo.....	659
24.	RECURSO ORDINÁRIO EM <i>HABEAS CORPUS</i>	665
24.1.	Noções gerais	665
24.2.	Requisitos de admissibilidade.....	665
24.2.1.	Cabimento	665
24.2.2.	Legitimidade	667
24.2.2.1.	Desnecessidade de procuração no recurso em <i>habeas corpus</i>	670
24.2.3.	Interesse recursal	671
24.2.4.	Ausência de fato impeditivo.....	671
24.2.5.	Tempestividade.....	672
24.3.	Procedimento.....	672
24.4.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	673
25.	MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL	675
25.1.	Natureza jurídica	675
25.2.	Notícias históricas	675

25.3.	Tutela jurisdicional.....	676
25.4.	Condições da ação.....	676
25.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	676
25.4.1.1.	Mandado de segurança contra medidas cautelares patrimoniais	679
25.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	681
25.4.2.1.	A adequação: natureza do direito tutelado.....	681
25.4.2.2.	A adequação: comprovação documental do direito líquido e certo	683
25.4.3.	Legitimidade	685
25.4.3.1.	Legitimados ativos.....	685
25.4.3.2.	Legitimado passivo.....	685
25.5.	Pressupostos processuais.....	687
25.6.	Competência.....	690
25.7.	Procedimento.....	692
26.	RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	695
26.1.	Noções gerais	695
26.2.	Requisitos de admissibilidade.....	695
26.2.1.	Cabimento	695
26.2.2.	Legitimidade	699
26.2.3.	Interesse recursal	699
26.2.4.	Ausência de fato impeditivo.....	700
26.2.5.	Tempestividade.....	700
26.3.	Procedimento.....	701
26.4.	Efeitos do recurso ordinário.....	701
27.	RECLAMAÇÃO	703
27.1.	Notícias históricas	703
27.2.	Natureza jurídica	705
27.3.	Tutela jurisdicional.....	710
27.4.	Condições da ação.....	712
27.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	712
27.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	716

27.4.3. Legitimidade	717
27.4.3.1. Legitimados ativos.....	717
27.4.3.2. Legitimado passivo.....	718
27.5. Pressupostos processuais.....	718
27.6. Competência.....	719
27.7. Procedimento.....	720
28. EMBARGOS DE TERCEIRO	725
28.1. Natureza.....	725
28.2. Cabimento.....	726
28.3. Momento	726
28.4. Competência.....	727
28.5. Procedimento.....	727
28.6. Recursos	730
29. EMBARGOS DO ACUSADO	733
29.1. Cabimento.....	733
29.2. Procedimento.....	734
30. EMBARGOS DO TERCEIRO DE BOA-FÉ.....	739
30.1. Cabimento.....	739
30.2. Procedimento.....	740
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	741